

MAIS ALÉM DA “ALDEIA”: OCUPAÇÃO E USO DO TERRITÓRIO ENTRE OS GUARANI DE MATO GROSSO DO SUL¹

Alexandra Barbosa da Silva – LACED/MN/UFRJ

Resumo

Em Mato Grosso do Sul, ao longo de pouco mais de cem anos, a presença sistemática dos brancos fez com que os Kaiowa e Nandéva assistissem à transformação de seu território, com o estabelecimento de fazendas e de cidades. Esses locais vieram a constituir espaços específicos, que não são menos ocupados e/ou incorporados na vida cotidiana desses índios do que as ditas “aldeias” – espaços definidos como de uso exclusivo dos indígenas. Melhor dizendo, o entendimento sobre a ocupação e utilização desse território – ora diversificado em sua composição física e infra-estrutural – não deve se apresentar ao observador de modo *a priori* como fragmentária e estanque em cada um destes espaços (ou seja, a “aldeia”, a cidade e a fazenda). Antes, deve-se observar que as atividades e relações aí desenvolvidas acabam por constituir um leque de possibilidades de obtenção de recursos (materiais e imateriais) para os grupos domésticos (famílias extensas de três gerações), que são de fato o eixo fundamental de organização social destes indígenas. Nesses termos, a análise deve ter em mira que esta unidade social e suas lógicas de orientação é que são o eixo articulador do uso desses diversos espaços.

Palavras-chave: Guarani Kaiowa e Nandéva; Ocupação e uso do território; Grupo doméstico.

¹ Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil. Não se trata de um artigo concluído, mas de reflexões a serem ainda expandidas.

. O território: histórico e caracterização

Conforme é vastamente ilustrado na bibliografia, o território de ocupação Guarani Kaiowa e Guarani Nandéva no Brasil é hoje representado por todo o cone sul do estado de Mato Grosso do Sul, adentrando pela fronteira como o Paraguai oriental. A exploração econômica desta região iniciou-se de fato a partir da segunda metade do século XIX – com o fim da “Guerra da Tríplice Aliança” ou “Guerra do Paraguai”, que definiu as fronteiras atuais –, através da exploração da erva mate nativa (característica de todo o território Guarani), com a ação da “Companhia Mate Larangeira”. Esta atividade, contudo, não teve o intuito de colonização e portanto não afetou o uso que os índios faziam do território, constituindo eles a principal mão-de-obra na tarefa de corte e transporte. Apenas com o fim do monopólio então obtido pela Mate Larangeira, já na segunda década do século XX, foi que de fato houve uma ação governamental de estímulo à chegada de colonos brancos, com a titulação de terras (Brand 1997, Thomaz de Almeida 2001). Para a história local, é importante também neste momento a criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPI/LTN), em 1910, cujo nome é revelador de uma intenção de parte do governo federal. Alguns anos mais tarde (1917), o órgão teve sua função reduzida às três primeiras letras da sigla, sendo que entre 1915 e 1928, oito reservas foram criadas no sul do então Mato Grosso. A intenção aqui era dar solução à presença nativa, que se chocava com e era cada vez mais acuada por aquela dos novos proprietários de terras². O fato é que chácaras, em menor medida, e fazendas foram-se sobrepondo neste território, os índios, dependendo do interesse do novo proprietário, ou sendo conduzidos para as reservas ou permanecendo nas terras que sempre ocuparam, desta feita como mão-de-obra – bastante valiosa e fundamental para se construir as fazendas.

Se para o Órgão a condução das pessoas para as reservas deu-se de modo aleatório, famílias muitas vezes inimigas entre si acabando por conviver nesses espaços delimitados, as próprias famílias seguiam uma lógica bem definida de ocupação do território, a saber, fundamentalmente a ocupação de cabeceiras de rios e córregos – cujos nomes passavam a servir de topônimos. Neste modo, cada família (extensa) habitava o que era definido como um *tendápe* (“lugar”), isto implicando, dada a densidade demográfica de outrora, que era guardada a distância de muitas léguas entre um e outro *te’yi* ou *ñemoñare* (ou seja, família extensa). Considerando-se que os Guarani são conhecidos historicamente como povos de

² Monteiro (2003) reproduz documentos onde se vê a disputa progressivamente mais acirrada pelas terras, em que mesmo o tamanho proposto pelo SPI para as reservas (isto é, 3. 600 ha) foi respeitado apenas em duas das oito áreas.

economia baseada fundamentalmente na agricultura, com a realização de caça, pesca e coleta como atividades complementares, os espaços para realização destas últimas era de uso compartilhado por famílias em um determinado raio. O resultado disto é uma morfologia social³ baseada na dispersão, bastante diversa da de outros grupos indígenas. Justamente a nucleação é que gera a idéia de “aldeia”, totalmente impertinente para o caso dos Guarani, tendo sido, não obstante, o modelo que orientou a atuação dos funcionários do então SPI – que também tinham em mente o modelo das *reduções* jesuíticas. Com o correr do tempo, o termo “aldeia” ganhou uso generalizado mesmo entre os Guarani.

Os registros indicam que no passado cada grupo macro-familiar destes – que podia chegar a cerca de 200 pessoas, em quatro gerações –, encabeçado pelo *tamõi* (“avô”) e a *jari* (avó), vivia sob um único teto, em uma grande casa (*oygusu* ou *ogajekutu*). Com o passar do tempo este padrão foi mudando, as casas das famílias nucleares de um *te’yi* passando a situar-se nas proximidades da casa do *tamõi/jari*, estes continuando a ser o eixo articulador das decisões; assim, a lógica de reciprocidade e as obrigações foram firmemente mantidas no seio do grupo, como se vê hoje em dia.

.A percepção e a categorização do espaço em um contexto colonial

Importa observar que para as pessoas, a categorização do espaço é sempre um processo dinâmico e relacional, os índios antes da presença dos colonos não tendo a necessidade de estabelecer delimitações precisas da terra; a dinâmica conhecida era a das guerras com os demais grupos nativos, entre os quais os Mbayá-Guaicuru eram fortes adversários; Susnik (1982) relata que em meados do século XIX também os Terena e outros grupos Chané-Guaná procedentes do oeste faziam incursões, à procura de cativos guarani. Assim, como bem observa Mura (2006), a categoria de *tekoha*, (onde *teko* é “jeito, modo de ser”, e *ha*, um sufixo que indica lugar)⁴ passou a ser amplamente verbalizada nos anos 70, no Paraguai, a partir da necessidade dos grupos Guarani garantirem espaços territoriais, dado o avanço da ocupação não-indígena. Muito embora as condições e o processo tenham tido suas particularidades, a situação fundiária enfrentada pelos índios no Brasil e no Paraguai era muito símile. Foi assim que se assistiu, no lado brasileiro, ao deslanchar de um persistente

³ Buscando denominar conceitualmente as formas que os grupos sociais assumem fisicamente ao se estabelecerem no espaço, Mauss (1993) cunhou o conceito de morfologia social, tomando em consideração fatores como o volume e a densidade da população, além do modo como ela se distribui no espaço.

⁴ Donde se traduziria “lugar onde realizamos nosso modo de ser”, como o fizeram Melià e o casal Grunberg (1976).

movimento de reivindicação das terras perdidas – do que resultaram 20 novas áreas identificadas pela FUNAI até o momento.⁵

Longe de resultar em uma cristalização do entendimento, com definição de limites bem precisos, para os índios a categoria *tekoha* indica fundamentalmente a relação do grupo com a terra. Além disso, é de se ter em conta que a referência mais imediata das pessoas quando se referem ao passado é feita ao *tendápe* (como vimos, “lugar”). Em sendo esta a referência dos membros de um *te’yi/ñemoñare*, as relações eram vistas como se dando com uma unidade correspondente, em um outro *tendápe*. Como se vê, a definição do *tekoha* reside fundamentalmente no fato de que ele é resultado de relações entre famílias extensas (isto é, as relações comunitárias), sendo o limite espacial dado pelo alcance das relações estabelecidas. Assim sendo, o *tekoha* é o espaço territorial onde são estabelecidas relações comunitárias e a partir do que se constituirão laços intercomunitários, numa região mais ampliada – que é denominada *tekoha guasu* (*guasu* significando “grande”, “amplo”). A expressão do desenvolvimento das relações no espaço do *tekoha guasu* pode ser observada através de alguns elementos, tais como a realização dos rituais e a atuação de xamãs prestigiosos, cujo raio de ação é bastante amplo.

Com relação aos rituais, sua realização requer toda uma mobilização, tanto da parte daqueles que os conduzirão quanto dos demais participantes. A concentração de pessoas típica desses eventos demanda deslocamentos, os relatos sendo de que demorava-se muitos dias caminhando para chegar ao local do evento. O percurso em si era algo extremamente significativo, visto que se parava para caçar, pescar e coletar frutas e/ou mel, nas extensões de mato que caracterizava outrora a região. Durante já os dias de festejos, é narrada com ênfase e entusiasmo a presença e largo consumo da *chicha*⁶. As narrativas demonstram que o que se constituía era efetivamente um circuito de festas, cujo anfitrião se revezava: ao findar a festa (*guachire*) em uma casa, outra iniciava-se em uma outra. Em Guaraní, a referência a este fenômeno é *(ko)arasa* – que tem o significado de continuidade.

Por outro lado, o xamã oficiava a realização dos rituais de batismo (o *mongarai*) – tanto das crianças quanto do milho e das plantas novas, rituais estes fundamentais, este último sendo determinante no calendário dos Kaiowa e dos Nandéva. Por outro lado, são justamente

⁵ O processo conduzido pelos agentes do SPI encontrou uma definição da parte de Oliveira (1998) como um processo de *territorialização*, este termo significando “uma intervenção da esfera política que associa (de forma prescritiva e insofismável) um território bem determinado a um conjunto de indivíduos e grupos sociais” (:56). De minha parte, entendo que este processo teve como contrapartida uma “reterritorialização” de parte dos índios, por isto entendendo o ímpeto de grupos guarani por recuperação de terras, objetivando constituir espaços de exclusividade étnica.

⁶ “Chicha” é uma palavra quéchua, introduzida pelos espanhóis, já que em guarani utiliza-se “kãgui” para designar a bebida fermentada produzida a partir de milho, batata doce, cana-de-açúcar, bebida esta que está diretamente relacionada a ocasiões de descontração e a festividades.

os xamãs as figuras centrais na tradição de conhecimento Guarani, promovendo as relações com o mundo espiritual, bem como a difusão das regras do bom comportamento e o tratamento das doenças. Assim sendo, são vários os xamãs nomeados cujo poder nessas atividades era reconhecido, de modo que eles eram procurados, atendendo ou em suas próprias casas ou deslocando-se. O que se constata é que quanto maior o prestígio e reconhecimento de um xamã, maior é o raio no qual ele deve atender a demandas. Sua ação, contudo, dificilmente superaria um certo raio, que é considerado como configurando um *tekoha guasu* mais ou menos delineado, adentrando em um espaço de jurisdição entendido e respeitado como sendo de outro xamã, isto é, um outro *tekoha guasu*.⁷

.A centralidade do grupo doméstico nas estratégias de ocupação e uso do território

Fato importante de ser destacado é que mesmo com a constituição das fazendas, tais práticas não deixaram de ser realizadas, cada família que organizava os festejos e rituais fazia (como ainda faz) convites em um raio amplo num *tekoha guasu*, cuja resposta funcionava (e funciona) obviamente a partir de uma rede de relações constituída. Nesses termos, observa-se que embora o padrão de distribuição dos grupos em questão tenha encontrado fortes constrangimentos de espaço – tanto pela própria constituição das reservas quanto pelo inchaço progressivo destas –, não se pode dizer que os índios deixaram de manter uma mobilidade, a realização de rituais e o uso do território. O que se tem de novo a partir de um contexto de relações com os brancos que é pautado pela dominação, é a incorporação dos novos “ambientes” que são as fazendas e as cidades nas estratégias de obtenção de recursos⁸. Uma constatação fundamental é que a capilaridade da presença de membros de uma família extensa tanto nas fazendas estabelecidas quanto nas cidades construídas, e mesmo em beiras de rodovias, em muitos casos tem por efeito justamente facilitar o acesso e a obtenção de recursos.

⁷ Um exemplo nos dias de hoje de constatação neste sentido é a figura de Atanásio Teixeira, o de maior prestígio entre os Kaiowa, que já residiu em várias Terras Indígenas (T.I.s) atendendo a seus habitantes e havendo pessoas de vários lugares que acorrem à sua atual residência – situada na Terra Indígena Limão Verde, município de Amambai. Sua ação, no entanto, não se estende para a região mais ao norte, que abrange, entre outras, as T.I.s de Dourados e Panambizinho – onde se configura um outro *tekoha guasu*, que conta com seus próprios xamãs.

⁸ Como explicitado em trabalho anterior (Barbosa da Silva 2007), formulo o termo *ambiente* a partir de um sentido sócio-ecológico, compreendendo uma infra-estrutura material (as instalações físicas: construções, caminhos, cercas, árvores, pastagens etc.) específica, pondo à disposição dos sujeitos determinados recursos e permitindo o desenvolvimento de determinadas atividades, as quais, embora características, podem não ser exclusivas. Assim, o *ambiente* é um espaço físico de relações, unidade constituinte de um território.

Para melhor entendimento do que está em jogo, devemos abrir espaço para considerar alguns elementos. O primeiro deles é a configuração das famílias extensas Guarani enquanto grupos domésticos em Mato Grosso do Sul atualmente; o segundo é a consideração mais ampla dos significados das transformações efetivadas fisicamente no território em questão.

No que tange ao primeiro ponto, o que se observa hoje é uma relação continuada e intensa entre membros de um mesmo grupo doméstico (*household*), ou seja, um grupo familiar de três gerações, que é, ao mesmo tempo, unidade de produção e de consumo. Ele é o ponto de partida para o estabelecimento de alianças mais ampliadas, através do casamento de seus membros. Cada um destes (membros) tem definida uma série de obrigações, em uma lógica de reciprocidade, cujo respeito é fundamental para a manutenção do grupo no tempo. Assim sendo, temos por corolário que as estratégias e tomadas de decisão dos indivíduos estão firmemente orientadas pelas necessidades que se geram a partir da configuração que o grupo doméstico expressa⁹.

As formulações de dois autores são relevantes para nos permitir analisar as dinâmicas desenvolvidas no seio dos grupos domésticos guarani nos dias de hoje. Wilk & Netting (1984) propuseram uma definição das *households* a partir das atividades de produção e distribuição, mais do que a partir de um critério de co-residência. Para os autores, um grupo doméstico que vive sob um único teto denominado *dwelling unit* (unidade habitacional), a qual em alguns casos não forma propriamente uma unidade doméstica (*household*). Uma unidade doméstica composta por uma única unidade habitacional será definida *unidade doméstica independente* (*independent household*), enquanto um aglomerado de unidades habitacionais sob única direção formaria uma *household cluster*. Por seu turno, esta *unidade doméstica agregada*, observa precisamente Wilk, pode ser de dois tipos, isto é, *tight* (restrita) e *loose* (flexível) (Wilk 1984: 224-227). No primeiro caso, as atividades realizadas pelos integrantes da *unidade doméstica* estariam vinculadas mais que tudo a um trabalho coletivo, sendo que, no segundo caso, embora mantendo como objetivo beneficiar a família extensa como um todo, as atividades podem ser muito diversificadas e desenvolvidas de modo autônomo por cada unidade habitacional.

Tendo isto em mente, pode-se dizer que essa noção de *unidade doméstica agregada flexível* é bastante útil para abordarmos em sua generalidade os grupos domésticos kaiowa e

⁹ O que na antropologia tem sido focado fundamentalmente a partir do aspecto econômico, tomando-se por base a produção e o consumo de bens e produtos, e sua distribuição no interior dessa unidade. Obviamente que, dada essa centralidade que assume o *te'yi/nemoñare*, aspectos outros para além do econômico (como, por exemplo, o da educação das crianças e o da transmissão de conhecimentos, valores, crenças, etc.) devem ser também tidos em conta em uma análise que se pretenda mais complexa.

ñandéva nos dias de hoje, não só nas “aldeias”, mas nos demais *ambientes* referidos. A apresentação de exemplos empíricos permitirá um melhor entendimento desta afirmação.

Delineados de forma breve, consideremos dois casos emblemáticos – retirados dentre outros, de um trabalho meu anterior (Barbosa da Silva 2007). O primeiro deles é o de Pedro Moreli, que atualmente reside na cidade de Tacuru (com 9.600 hab. em julho de 2005: IBGE), com a esposa e quatro filhos, sendo um destes a filha mais velha (hoje com 18 anos), juntamente com seu jovem marido. Em um lote de medida padrão da cidade (12m x 30 m), encontra-se a casa de Pedro, constituída por três construções, uma delas sendo a cozinha, e outra, menor, o banheiro. Em 2004, este conjunto ganhara ainda um outro cômodo, para onde se deslocou a filha recém-casada¹⁰. Tacuru é um município que, como todos em Mato Grosso do Sul, tem seu núcleo urbano rodeado por fazendas, comporta ainda duas terras indígenas: Sassoró (uma das oito reservas instituídas pelo SPI) e Jaguapire. De fato, Pedro e sua esposa nasceram na reserva de Sassoró, onde ainda se encontram as respectivas famílias originárias. Os filhos pequenos do atual casamento de seu pai visitam Pedro frequentemente, que envia para o pai algum mantimento, mormente carne. Por outro lado, Pedro também é freqüentado por seus irmãos e pelos irmãos de sua esposa, bem como por seus primos, vivendo estes na T.I. Jaguapire, todos estes ali pousando em determinados períodos, quando realizam trabalhos pontuais (a *changa*) nas fazendas de Tacuru. O próprio pai de Pedro, quando se separara, mudou-se para a casa do filho, depois retornando para a reserva, onde tornou a casar. Por seu turno, o sustento econômico do núcleo familiar de Pedro (que já é avô) provém de seu trabalho nas fazendas, bem como de idas para o corte de cana em usinas de álcool de outras cidades em MS, além das bolsas referentes à freqüentação das filhas menores à escola – em Tacuru.

O segundo exemplo a que me remeto é o de Arlindo Ormedo, que em fins de 2004 vivia em um lote de terra à beira da rodovia que liga Iguatemi ao município de Japorã (extremo sul de MS). Seu abrigo era uma minúscula construção, feita de galhos de árvore e o plástico preto chamado comumente de lona. Com ele, estavam a esposa e dois filhos bem pequenos.

Estando ali havia quatro meses, até não muito tempo antes Arlindo tinha sido o “capitão”¹¹ da referida reserva de Sassoró; no entanto, uma disputa política lhe resultou na

¹⁰ Os kaiowa e ñandéva constroem suas habitações respondendo fundamentalmente a três funções, ou seja, dormitório/cozinha/depósito, sendo o pátio ao redor das construções o lugar onde se passa a maior parte do tempo, em conversas entre os membros da família e as visitas, compartilhando-se o tererê – que é a bebida de erva mate em água fria. Para mais detalhes neste sentido, ver Mura (2002).

¹¹ Uma das estratégias do SPI na tarefa de administrar as populações indígenas foi criar uma figura de mediação, isto é, o “capitão” indígena, entendido como único e legítimo representante de uma “aldeia”. As conseqüências

perda do posto. Em grande medida por decorrência deste fato, Arlindo saiu da reserva, transferindo-se não para a cidade de Tacuru, mas para a vizinha Iguatemi (15.000 hab. em julho de 2005: IBGE), ciente de que lá havia a possibilidade de encontrar trabalho em um frigorífico. Movimentando-se justamente neste sentido, foi até um dos frigoríficos e encontrou uma vaga à disposição. Para instalar-se, tinha conhecimento da existência de diversos barracos e casas construídas de modo bastante precário exatamente defronte do frigorífico; o local tinha previsão de loteamento oficial pelo prefeito, onde seriam construídas casas populares. Ocorre que Arlindo já conhecia o prefeito, tendo trabalhado em sua chácara. Foi com ele que Arlindo conseguiu a permissão para instalar-se no local. A intenção manifestada por Arlindo, no entanto, era a de decorrido mais ou menos um mês, transferir-se para a T.I. Cerrito (situada no município de Eldorado, contíguo a Iguatemi), onde vivia um tio paterno seu. Disse ele ter ido conversar com este tio e que estava acertando juntar-se a ele. Assim, as condições que construíra para ali estar em nada se demonstravam imprescindíveis para ele, inclusive o emprego no frigorífico.

Ora, estes dois exemplos incluem-se em uma gama bem maior de outros similares. O que há de mais relevante a se destacar neles é a fluida circulação por um amplo espaço territorial, outrora de uso exclusivo.

Concentrando-me no segundo dos pontos anteriormente indicados, volto-me agora a um esforço para analisar os efeitos das transformações físicas no território sobre a morfologia social e na tomada de decisão dos sujeitos, tendo sido colocada à sua disposição toda uma gama de novos recursos, os quais foram incorporados, em um processo adaptativo. Com tal intuito, apresento a seguir um esquema.

para os Guaraní foram muito negativas, como se pode ver nos estudos de Brand, Thomaz de Almeida e Mura (op. cit.).

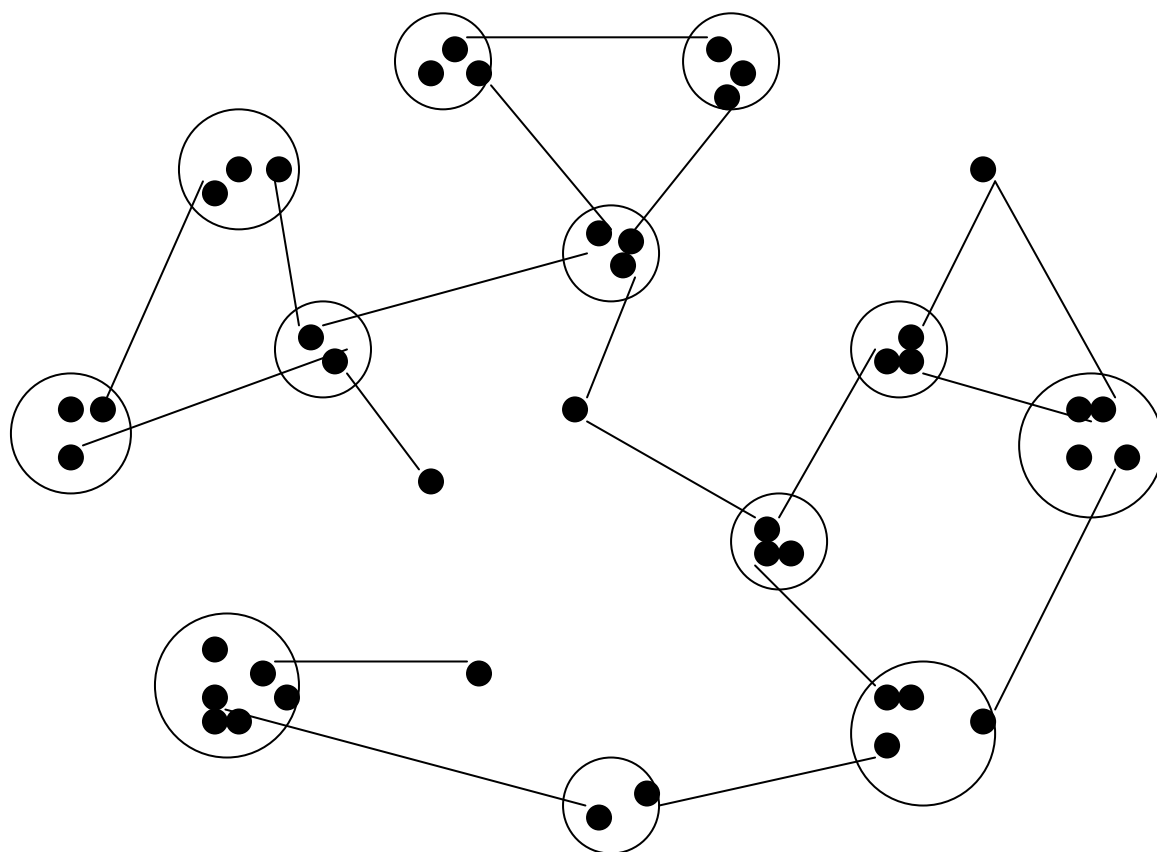


Figura A

Esquema 1

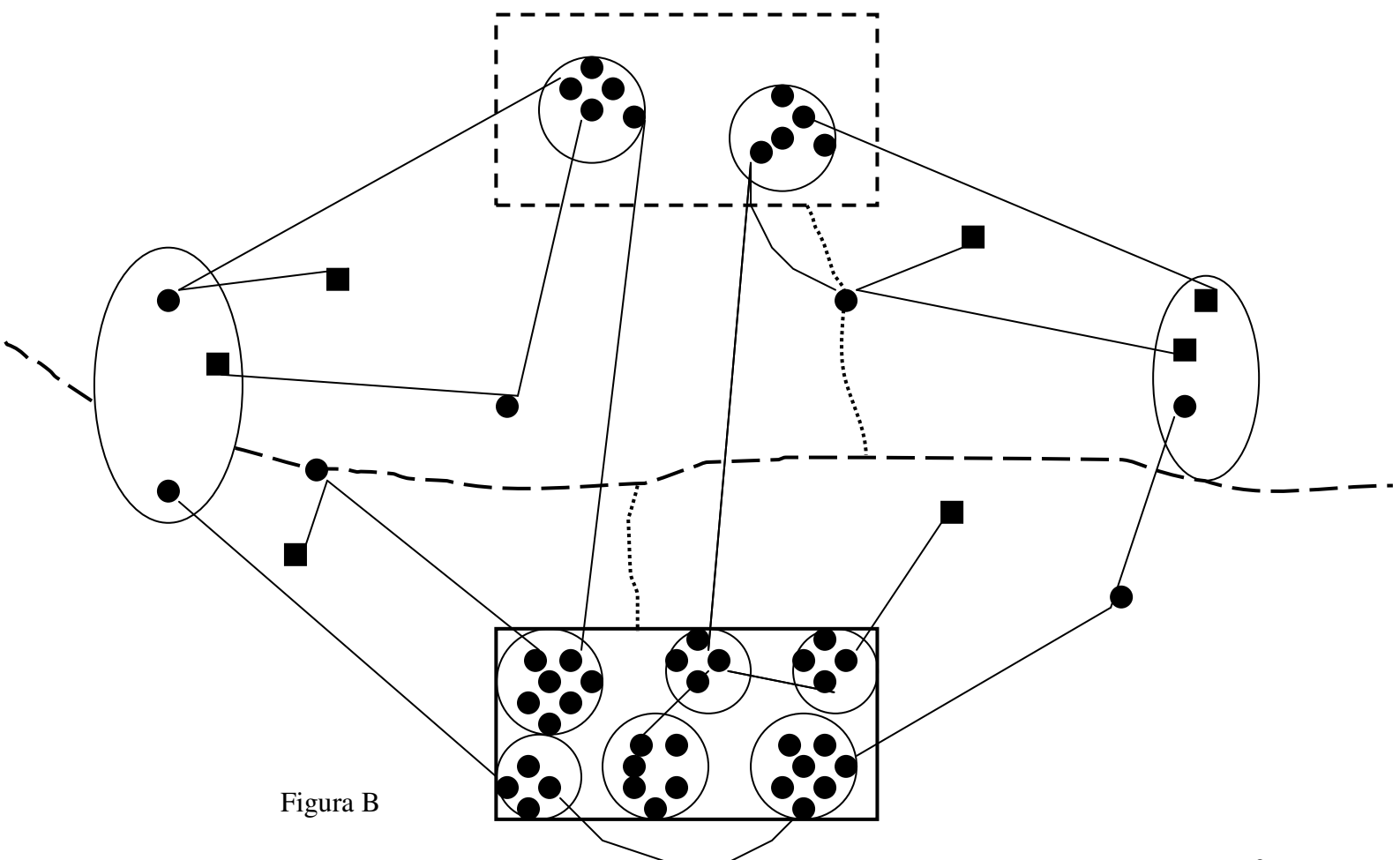


Figura B

Legenda



Grupos domésticos (*te'yi/ñemonare* de três gerações)



Unidade residencial (família nuclear ou outra fração de grupo doméstico)



Laços de parentesco consangüíneo e/ou por afinidade



Rodovia asfaltada



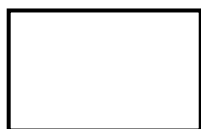
Rodovia não asfaltada



Comunidade política



Centro urbano



Reserva instituída pelo SPI



Área Indígena recuperada

É de se observar que este esquema representa situações verossímeis, a figura A retratando uma morfologia com grande dispersão pelo território, as famílias extensas constituindo comunidades políticas locais, os círculos ressaltando situações de forte associação entre várias destas famílias. Assim, na ausência de barreiras restritivas no espaço a não ser aqueles que o jogo de força das relações estabelecem – na conformação de espaços de jurisdição específicos –, as famílias têm possibilidades de estabelecer relações praticamente em todas as direções, a proximidade física sendo um fator não exatamente determinante, mas antes facilitador para este estabelecimento.

De antemão, a visualidade que esta figura permite deixa patente o fato de que não é possível se definir uma centralidade, um foco central ordenador; se há um eixo, este é constituído pelas próprias famílias extensas, as quais interagem entre si – obviamente através de seus membros.

Dito isto, se deslocamos o foco agora para a figura B, temos uma morfologia bastante diversa. Nesta nova distribuição no espaço, é de se ressaltar, de início, a existência de famílias nucleares destacadas, podendo estar em uma fazenda ou cidade, ou ainda à beira de uma rodovia, mas é de se observar, de qualquer modo, que elas estão invariavelmente interligadas às demais que conformam uma mesma família extensa, bem como a outros *te'yi/ñemoñare*. Outra importantíssima observação que daí ressalta é que os processos de *territorialização* e colonização criaram constrangimentos mas não alteraram a forma das famílias se organizarem política e socialmente a partir de espaços mais amplos do que as reservas, constituindo-se redes de relações que não são restringidas ou definidas pelos locais diversos onde as pessoas estão situadas.

Assim sendo, tampouco nesta segunda situação se poderia afirmar que as “aldeias” passaram a constituir uma centralidade, isto implicando em uma reversão da lógica de que são as famílias os eixos centrais de estabelecimento das relações – e não o lugar (*ambiente*) onde elas estão. Não é possível, nesses termos, afirmar que houve uma transmutação de uma morfologia social para outra, dado que não há nenhuma determinação que faça com que, em havendo a possibilidade contrária, as famílias se mantenham restritas aos espaços que lhes tem sido possível ocupar, com isto apresentando uma densidade demográfica bastante diversa daquela retratada na figura A. Nesses termos, se constata que a “aldeia” não se constitui em uma tipologia que pode ser elevada à condição de modelo, no sentido de um *locus* por excelência onde se situam “os índios”, constituindo um lugar central, a partir do qual se radiam as relações; ela é antes, como fica claro, uma constrição, historicamente construída nesses processos sociais. Neste sentido, o que necessariamente devemos levar em conta são as

relações estabelecidas em espaços territoriais amplos, cuja densidade maior, isto sim, se encontra exatamente nas “aldeias”.

. À guisa de conclusão

Para finalizar as discussões aqui postas, remeto-me às formulações de autores que pensaram a questão da presença de nativos em contextos urbanos, mormente aos estudos da chamada Escola de Manchester (como Max Gluckman, Clyde Mitchell, Philip Mayer), considerando o contexto africano, por um lado, e Cardoso de Oliveira, por outro, em suas análises sobre os Terena justamente em Mato Grosso do Sul. Uma das noções chave naqueles estudos é a de *labour migration*, cunhada na intenção de explicar os movimentos de indivíduos de países africanos para trabalhar nas cidades – mormente no trabalho de extração nas minas. Importa destacar que fatores outros altamente relevantes surgidos pelo fato de se estar nas cidades foram postos em destaque e analisados pelos autores de Manchester – como a criação de caixas de socorro mútuo, e a valorização de determinadas manifestações culturais (como a dança kalela, que Mitchell [1956] analisou) como meios para constituir e expressar uma identidade – a qual era analisada sob a rubrica da noção de “tribalismo”.

É explícita a utilização por Cardoso de Oliveira das noções de *tribalismo* e *labour migration* para considerar o caso dos Terena. Ocorre, contudo, como os fatos aqui apontados o indicam, que uma transposição de tal problemática e das soluções teóricas correspondentes para analisar o que vimos aqui acompanhando não parece se demonstrar um artifício apropriado e útil. No caso em pauta dos Guarani, é patente o fato de que não se pode falar propriamente de “migração” – considerando-se este fenômeno como o ato de deixar um lugar considerado como próprio, ao qual se está ligado por um sentido de pertencimento, conhecido, de relações primárias, indo-se então para um lugar alhures, desconhecido, ao qual, de início, não se pertence ¹² –, sobretudo quando muitas vezes as pessoas sequer saem do lugar onde nasceram, ou porque quando se deslocam, o fazem sempre circulando no entorno do seu lugar de origem, o que configura o que Mura & Thomaz de Almeida (2002) qualificaram como “efeito circulação”.¹³

¹² Os estudos mais recentes sobre o tema da migração têm posto em destaque aspectos relevantes, como o de que, ao se deslocar, o sujeito muitas vezes está pondo em prática estratégias que envolvem o seu grupo e lugar de origem, orientado por interesses específicos destas referências primárias. Os trabalhos do argelino A. Sayad constituem importante referência neste sentido, sendo de grande difusão seu texto de 1991. Nesta mesma orientação há o trabalho de Garcia Jr. (1990) a respeito de migrantes nordestinos para o sudeste brasileiro.

¹³ A partir da constatação de que no grande número de antigos *tekoha* hoje tornados fazendas, as pessoas ou daí originárias por nascimento ou descendentes destas aí permanecem vivendo e/ou trabalhando, sem afastar-se a

Nesses termos, mais que de “migração”, deve-se falar em “circulação”, a qual se dá em um território bastante específico, de conhecimento dos sujeitos e ao qual se sentem ligados: o *tekoha guasu*, como visto. Por outro lado, é patente que não estamos lidando com fenômenos de grupos em contextos urbanos, que se constituíram tendo como ponto de partida qualquer aspecto que seja – como o de vizinhança ou de ajuda mútua, por exemplo –, o qual suscitaria a construção de uma nova identidade, com base em um “tribalismo”. As lógicas aqui em questão estão relacionadas às exigências dos sujeitos enredados em uma configuração social específica, que é o grupo doméstico.

. Bibliografia

Barbosa da Silva, Alexandra – 2007. *Mais além da “aldeia”: território e redes sociais entre os guarani de Mato Grosso do Sul*. Tese de doutorado apresentada ao PPGAS/MN/UFRJ.

Brand, Antônio – 1997. *O impacto da perda da terra obre a tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da palavra*. Tese de doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História da PUC/RS.

Cardoso de Oliveira, Roberto

1968. *Urbanização e Tribalismo: a integração dos Terêna numa sociedade de classe*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

1976 (1960). *Do Índio ao Bugre: o processo de assimilação dos Terêna*. Rio de Janeiro: Liv. F. Alves Editora.

Garcia Jr., Afrânio – 1990 - *O Sul: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. SP: Marco Zero e Editora Universidade de Brasília.

Gluckman, Max. 1960. “Tribalism in Modern British Central Africa”, in *Cahiers d’études africaines*, n° 1. 55-70.

Mauss, Marcel –1993 [1904-1905]. “Essai sur les variations saisonnières des sociétés eskimos. Étude de morphologie sociale”, in *Sociologie et Anthropologie*. Paris: Quadrige / PUF. 5ª ed.

Mayer, Phillip – 1962. “Migrancy and the Study of Africans in Towns”, in *American Anthropologist*, vol. 64, pp. 576-592.

longas distâncias, os autores escreveram o seguinte: “os índios procuram se manter o mais próximos possível dos lugares onde residiam seus antepassados, deslocando-se circularmente ao redor desses locais cada vez que são expulsos ou importunados.” (: 42).

Melià, Bartomeu, **Grünberg**, Friedl, **Grünberg**, Georg – 1976. “Los Paî-Tavyterã: Etnografía guarani del Paraguai contemporaneo” , in *Suplemento Antropológico de la Revista del Ateneo Paraguayo*, Vol XI, nº 1-2.

Mitchell, J. Clyde. 1956. The Kalela Dance. Aspects of Social Relationships among Urban Africans in Northern Rhodesia. Rhodes-Livingstone Papers, nº 27. Manchester: Manchester University Press.

Monteiro, Maria Elizabeth B. – 2003. *Levantamento histórico sobre os índios Guarani Kaiwá*. Museu do Índio/Funai. Coleção Fragmentos da História do Indigenismo, 2.

Mura, Fabio & **Thomaz de almeida**, Rubem F. 2002. *Relatório Antropológico de Revisão de Limites da T.I. Porto Lindo (Jakarey) e identificação da Terra Indígena Guarani-Ñandéva do Yvy Katu*. Brasília: FUNAI.

Mura, Fabio

2000. *Habitações Kaiowa: forma, propriedades técnicas e organização social*. Dissertação de mestrado apresentada ao PPGAS/MUSEU NACIONAL / UFRJ.

2006. *À procura do “bom viver”: território, tradição de conhecimento e ecologia doméstica entre os Kaiowa*. Tese de doutorado apresentada ao PPGAS/MUSEU NACIONAL/UFRJ.

Oliveira, João Pacheco de. 1998. “Uma etnologia dos ‘índios misturados’? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais”, in *Mana*, 4(1).

Sayad, Abdelmalek - 1991 - *L` immigration ou les paradoxes de l` alterité*. Bruxelles: De Boeck-Wesmael S.A.

Schaden, Egon. 1974 [1954]. *Aspectos fundamentais da cultura guarani*. São Paulo: E.P.U. / EDUSP

Susnik, Branislava

1979-80. “Etnohistoria de los Guaraníes: época colonial”. *Los Aborígenes del Paraguay*, vol. II, Asunción: Museo Etnográfico Andrés Barbero.

1982 – “Cultura material”. In *Los Aborígenes del Paraguay*, Vol. IV, Asunción: Museo Etnográfico Andrés Barbero.

Wilk, Richard R. & **Netting**, Robert McC – 1984. “Households: Changing Forms and Functions”, in R. McC. Netting; R. R. Wilk; Eric J. Arnold (editors), *Households. Comparative and historical studies of the domestic group*. Berkeley: University of California Press.

Wilk, Richard R. 1984. “Households in Process: agricultural change and domestic transformation among the Kekchi Maya of Belize”. In R. McC. Netting; R. R. Wilk; E. J. Arnold (editors), *Households. Comparative and historical studies of the domestic group*. Berkeley: University of California Press.

